

**GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NA
GRANDE SALVADOR – um breve comparativo
entre as décadas de 80 e 90¹**

Laumar Neves de Souza^{*}
Mario Marcos Sampaio Rodarte^{}**
Luiz Antonio Mattos Filgueiras^{*}**

RESUMO: Este trabalho procura identificar os principais traços que distinguem a natureza da ocupação das mulheres na segunda metade dos anos 90, no mercado de trabalho da RMS, da ocorrida no final dos 80, privilegiando os aspectos que a diferenciam daquela apresentada pelos homens. O ponto de vista, de caráter mais geral, aqui defendido é que as mudanças ocorridas na economia brasileira, a partir do final dos anos 80 e início dos 90, impactaram, de forma diferenciada, o modo e as características da inserção (ocupação) de homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS, implicando uma redução das assimetrias estruturais entre gêneros, previamente existentes. E que esse movimento de diminuição das desigualdades se fez tanto em virtude da piora (precarização) da inserção (ocupação) masculina quanto de uma melhoria geral da inserção (ocupação) feminina, proporcionadas por fatores como a elevação da sua escolaridade média.

PALAVRAS CHAVE: Mercado de trabalho, trabalho, gênero, mulher e desigualdade.

INTRODUÇÃO

Há uma espécie de consenso entre os estudiosos que o aumento da participação feminina nos mercados de trabalho, em quase todas as regiões do mundo, vem se processando de forma intensa e diversificada nos últimos anos. Em verdade, a ocorrência desse fenômeno se constituiu num dos mais importantes acontecimentos do final do século XX, na medida em que redesenhou completamente os contornos desses mercados.

¹ Este artigo foi apresentado no 7º Encontro da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho)

^{*} Mestre em economia pela UFBA e Professor da FCE/UFBA e da Faculdades Diplomata.

^{**} Mestre em economia pelo CEDEPLAR/UFMG e Coordenador da PED - RMS pelo DIEESE.

^{***} Professor Adjunto da FCE da UFBA.

No Brasil, particularmente, passou-se a perceber, de forma mais nítida, a ocorrência de tal fenômeno já a partir dos anos 70, período no qual a economia brasileira passava por acelerado processo de industrialização e urbanização. Nas décadas seguintes, muito embora se tenha alterado a configuração do ambiente macroeconômico, esse movimento de expansão do ingresso das mulheres continua e se confirma.

Pode-se recorrer a vários tipos de argumentação, complementares entre si, para tentar responder quais seriam as razões que estariam levando as mulheres a terem uma participação mais expressiva no mercado de trabalho nacional. Uma primeira diz respeito à necessidade econômica, ou seja, a deterioração dos salários reais pode ter obrigado as mulheres a buscar complementação para a renda familiar, o que, particularmente, nos anos 70, era possibilitado pelo grande ritmo de expansão da economia (Alves, et al, 1997, p.7).

Uma segunda explicação recorrente se refere às mudanças nos valores relativos ao papel social das mulheres, detonadas a partir das pressões dos movimentos feministas, as quais, por certo, contribuiu para o aumento da oferta de trabalhadoras. Uma terceira se consubstancia na idéia de que a industrialização crescente de bens e serviços do lar, desde produtos alimentícios até o cuidado das crianças, teria proporcionado maiores possibilidades de a mulher se inserir no exercício de uma atividade produtiva para além do trabalho doméstico.

Uma quarta explicação relaciona-se à ocorrência de dois fenômenos, quais sejam: (i) elevação do nível de escolaridade das mulheres e (ii) queda da taxa de fecundidade, tendo em vista a adoção de métodos anticoncepcionais. No entendimento de Bruschini e Lombardi (1996), tais fenômenos foram de fundamental importância no sentido de influenciar a expansão da participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que mulheres mais instruídas, com mais alto nível socioeconômico e direcionadas para esse mercado passaram a ter, então, um menor número de filhos, tornando-se, por conseguinte, mais disponíveis para a atividade econômica.

Por fim, merece destaque a explicação que procura associar esse aumento da participação da mulher no mercado de trabalho ao movimento de crescimento e ampliação da informalidade. Dentro dessa perspectiva, parte-se da suposição de que, dadas as características das atividades desenvolvidas no âmbito da informalidade – trabalhos cujos vínculos são mais flexíveis e com jornadas mais curtas –, as mulheres conseguem conciliar mais facilmente as atividades do lar com as atividades produtivas.

Para além dessa discussão, que procura encontrar elementos que justifiquem a ocorrência desse fenômeno de ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, é preciso estar atento ao fato de que essa maior inserção da mulher se tem caracterizado por uma clara desvantagem em relação aos indivíduos do sexo oposto, tanto do ponto de vista do rendimento quanto da perspectiva da qualidade das ocupações criadas.

Partindo dessa realidade, o objetivo deste trabalho é comparar as principais características estruturais da ocupação da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) em dois momentos distintos: no final da década de 80, mais precisamente os anos de 87 e 88, e a partir da segunda metade dos anos 90, incluindo o ano 2000. Visa-se, dessa forma, a observar as características básicas do trabalho feminino dentro do contexto dos movimentos mais recentes da economia e do mercado de trabalho.

A respeito desse último ponto, pode-se afirmar, sinteticamente, que, no final dos anos 80, o Brasil, em um contexto mundial marcado pela globalização e pela liberalização econômica, começou a adotar uma política de abertura comercial. Tal fato fez com que várias empresas, especialmente as pertencentes aos setores mais modernos, com vistas a fazer frente à concorrência externa, dessem início a um processo de reestruturação de suas bases produtivas, de modo a aumentar sua produtividade e eficiência.

Em verdade, esse processo de reestruturação produtiva tem-se caracterizado, entre outras coisas, pelo advento de inovações tecnológicas, pela diminuição de níveis hierárquicos, pela terceirização e pela exigência de um maior envolvimento da força de trabalho com os objetivos das empresas. A ocorrência desse fenômeno tem contribuído para que aumente a demanda por trabalhadores com uma mais elevada capacidade de identificar e resolver problemas, trabalhar em equipe e entender o que se passa na organização como um todo.

Tendo em vista que esse processo tem trazido vários impactos ao mercado de trabalho, procurou-se, com a realização deste estudo, identificar os principais traços distintivos da natureza da ocupação das mulheres na segunda metade dos anos 90, no mercado de trabalho da RMS, em relação àquela ocorrida no final dos 80, privilegiando os aspectos que a diferenciam daqueles apresentados pelos homens.

Para tanto, buscou-se apontar quais as diferenças existentes entre homens e mulheres, participantes do mercado de trabalho da RMS, a partir de três aspectos diferentes: o primeiro, refere-se à situação da mulher do ponto de vista da sua participação no mercado de trabalho da RMS. Aí se trabalhou com informações referentes às taxas de atividade e desemprego. O segundo, diz respeito às condições e ao tipo de trabalho oferecido às mulheres em tal mercado. Nesse ponto, o estudo se voltou a discutir as questões referentes à distribuição setorial do emprego, bem como a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação. O terceiro, e último, concerne à problemática da mulher quanto aos diferenciais de rendimentos.

O ponto de vista de caráter mais geral, aqui defendido, é o de que as mudanças ocorridas na economia brasileira, a partir do final dos anos 80 e início dos 90, impactaram diferenciadamente o modo e as características da inserção (ocupação) de homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS, implicando uma redução das assimetrias estruturais entre gêneros, previamente existentes. É que esse movimento de diminuição das desigualdades se fez tanto em virtude da pi-

ora (precarização) da inserção (ocupação) masculina quanto de uma melhoria, em alguns aspectos, da inserção (ocupação) feminina, proporcionada por fatores como, por exemplo, a elevação da sua escolaridade média.

O presente estudo sobre a ocupação feminina, *vis a vis* a masculina, no mercado de trabalho da RMS, está balizado nas informações produzidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nos dois períodos considerados (final dos 80 e segunda metade dos 90). Aqui não se pode deixar de ressaltar, assim como o faz Azevedo (1999, p. 56), a representatividade das duas amostras para os dois períodos considerados. Na verdade, o volume de informações produzidas pela PED para esses dois períodos permite a realização de um amplo leque de investigações sobre diversos aspectos do mercado de trabalho regional, especialmente sobre seus componentes estruturais.

ALGUNS ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Conjuntura econômica nacional

De uma forma geral, pode-se dizer que a década de 80 define-se como um período de grande instabilidade para a sociedade brasileira, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Dentro de uma perspectiva econômica, a situação dever ser avaliada nos planos externo e interno. No primeiro, as dificuldades surgiram em virtude do agravamento da crise da dívida externa. Já no plano interno, o país conviveu com a adoção de sucessivos pacotes para controlar a inflação e com a redução da taxa de investimento. Some-se a isso a crise vivida pelo Estado como produtor e empregador. Tais fatos acabaram por conformar, no mercado de trabalho brasileiro, um quadro de redução do emprego formal e a ampliação do número de trabalhadores autônomos e dos empregados sem carteira assinada.

Nesse cenário, o desemprego, que até então não estava na pauta das grandes questões nacionais, passa a ser visto como um grave problema. Ao lado disso, toma corpo uma tendência à feminização do mercado de trabalho nacional, tendo em vista que a taxa de atividade feminina passa de 33,6%, em 1979, para 39,2%, em 1990 (Sabóia, *apud* Carleial, 1998, p.177).

Essas dificuldades apresentadas não se fizeram acompanhar por mudanças substanciais do ponto de vista da estrutura produtiva. Segundo Dedecca (1995, p.8), na medida em que, nesse período, as empresas brasileiras desfrutavam de um bom nível de rentabilidade – motivada, decisivamente, pelo baixo grau de concorrência externa a que estavam expostas –, ao passo que tinham de enfrentar um ambiente econômico marcado por um alto grau de instabilidade, não havia razões objetivas para que elas lançassem mão de um amplo processo de reorganização produtiva. Naquele momento, como forma de contornar as dificuldades, a grande maioria das empresas adotava uma estratégia defensiva, baseada, fundamentalmente, na diminuição do nível de produção e emprego, com mudanças produtivas pontuais e não-sistêmicas, no que diz respeito às inovações técnicas e organizacionais. Ficaram fora desse esquema, apenas as empresas que comercializavam seus produtos no mercado internacional, pois tinham de se deparar com as mudanças processadas nos mercados externos.

De forma sintética, pode-se afirmar que a crise econômica foi a tônica que permeou praticamente todos os anos da década de 80. Seus reflexos podem ser percebidos na ocorrência de alguns acontecimentos, como, por exemplo, o aumento do desemprego e a alteração na distribuição da População Economicamente Ativa (PEA), com pessoas deslocando-se do setor industrial para o setor informal.

No entanto, não se pode omitir que, embora não tenha havido, durante esse período, uma melhora no enfrentamento da pobreza e da concentração de renda, mudanças importantes puderam ser obser-

vadas. Uma delas foi a diminuição da desigualdade no acesso da população menos favorecida aos serviços básicos.

A década de 90 inicia-se com um comportamento da atividade econômica muito semelhante àquele que foi observado no início da década anterior. Ou seja, verifica-se uma forte contração na taxa de crescimento do produto, só que, dessa vez, motivada pela implantação de um programa econômico cujos principais objetivos eram os seguintes: estabilizar o nível de preços e iniciar um conjunto de mudanças de natureza estrutural, com um conteúdo fortemente liberal, que iniciaram a redefinição da forma como o país vem se inserindo no plano internacional, bem como o modo de relacionamento do Estado brasileiro com a sociedade. Naquela oportunidade, os resultados não foram muitos favoráveis no sentido de fazer reduzir a taxa de inflação. Não obstante, obteve-se êxito com os dois últimos objetivos e, até os dias atuais, tenta-se avançar mais na consolidação dos mesmos (Cacciamali, 1998).

O conjunto de políticas adotadas no primeiro ano da década de 90, pela equipe econômica do então presidente da república Fernando Collor, compunha o projeto Plano Brasil Novo, o qual engendrava um redirecionamento para a economia brasileira, através da promoção de uma política de abertura do mercado nacional aos produtos do exterior.

Como seria de se esperar, tais políticas implicaram uma intensificação do ritmo de introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais, principalmente no setor industrial, as quais tinham como objetivo a maior elevação dos níveis de produtividade e qualidade dos produtos nacionais, com o intuito de fazer frente à concorrência internacional. Não obstante, de outro lado, elas trouxeram uma consequência extremamente deletéria, qual seja, a queda do nível de emprego no setor industrial e, em cascata, nos demais setores da atividade econômica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Confederação Nacional da Indústria/DEC apud Bruschini e Lombardi, 1996).

Apenas em 1993, a atividade econômica se recupera, após o *impeachment* de Fernando Collor e a instalação do governo Itamar Franco, período no qual se observa uma pequena recuperação dos postos de trabalho da indústria, mas com a taxa de inflação custando a ceder. Essa variável só apresenta movimento descendente no ano seguinte, com a implementação do Plano Real. Sem dúvida, esse foi o plano que conseguiu obter o melhor resultado em termos da estabilização do nível de preços, dentre todos os outros que tinham sido aplicados anteriormente na economia brasileira, no decorrer da década de 80 e início dos anos 90.

O preço a pagar pelo sucesso, do ponto de vista do controle do processo inflacionário, foi o inexpressivo crescimento econômico observado a partir de então. A razão disso pode ser encontrada, na forte dependência do Plano Real para com os capitais especulativos internacionais. As diferentes conjunturas vividas a partir de meados de 1994, época de sua implementação, até os dias atuais, refletem, de maneira cabal, o impacto da ocorrência de crises cambiais em outras partes do mundo, especialmente no México, na Ásia e na Rússia, bem como no próprio Brasil, e, mais recentemente, na Argentina, as quais colocaram ao governo a necessidade de tomar medidas com vistas a impedir uma fuga em massa dos referidos capitais do país.

Ainda na avaliação desse autor, em nenhum outro período a política econômica foi tão refém, determinada de fora para dentro do país, e de forma quase que instantânea, como no presente. Sendo essa a realidade, as autoridades econômicas vêm, sistematicamente, adotando uma política de *stop and go*, a qual vem implicando taxas de crescimento medíocres, com a agravante de que, no mercado de trabalho brasileiro, a cada novo ano, cerca de 1,5 milhão de pessoas são incorporadas.

O Mercado de Trabalho na Grande Salvador

Todos esses problemas listados afetaram e/ou afetam, diferentemente, os diversos mercados de trabalho das várias regiões metropolitanas do país. No caso da RMS, todo esse conjunto de mudanças se fez sentir de diversas formas.

Borges e Filgueiras (1995, p. 34), ao fazerem uma leitura das informações referentes ao mercado de trabalho da RMS para os anos 80, concluem que esses anos caracterizaram-se como um período de expansão desse mercado. Segundo informam, no transcorrer desse período, houve uma ampliação de vagas na indústria, no comércio e, principalmente, nos serviços.

Ao que parece, isso só foi possível graças à ocorrência de dois acontecimentos: de um lado, o Pólo Petroquímico movimentou um expressivo volume de investimentos; de outro, a administração pública registrou um expressivo número de contratações, particularmente durante a primeira metade da década.

Apesar dessa expansão, alguns dos problemas que afligiam o mercado de trabalho de outras regiões do país já se faziam sentir no mercado de trabalho da RMS. Por exemplo, o crescimento da oferta de força de trabalho local foi superior a essa expansão, o que acabou implicando o aumento do desemprego. Outro fato a destacar é que uma parcela importante da expansão da ocupação durante esse período se deveu ao crescimento do trabalho precário e do trabalho por conta-própria. Na opinião de Santos (1998, p.46), tais problemas acabaram por se constituir em características estruturantes desse mercado de trabalho. Já nessa época, a RMS era detentora dos piores indicadores do país no que diz respeito ao desemprego, ao subemprego, ao trabalho precário, à informalidade e às ocupações de baixa produtividade e rendimento.

Muito embora esses problemas já se fizessem sentir, deve-se destacar, assim como o faz Borges e Filgueiras (1995), que a maior

parte do aumento da ocupação (60%) foi motivada pelo crescimento do emprego no setor formal dessa região. Eles informam ainda que, entre os anos de 1982 e 1989, seguindo uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho, a participação dos empregados com carteira assinada, no total de ocupados, oscilou entre 51% e 55%, atingindo 54,1% no final do período.

Analisando-se, agora, as informações sobre o mercado de trabalho da RMS referentes aos anos 90, podem-se observar algumas características particulares. Borges e Guimarães (1997, p.54-56), por exemplo, informam que a RMS registrou o maior incremento relativo do número de ocupados dentre as regiões metropolitanas do país, com o crescimento de 18,5% do estoque de ocupados e uma taxa de crescimento de 5,8% a.a entre 1992 e 1995. Destacam, também, que se verificou uma redução na taxa de desocupação, sendo que essa, contudo, mantém-se como a mais elevada dentre todas as regiões metropolitanas onde há Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD). Segundo tais autoras, esse aparente paradoxo pode ser explicado pelos comportamentos da oferta e demanda por força de trabalho no mercado de trabalho da RMS e por alguns traços estruturais.

Refletindo sobre o comportamento da oferta, essas autoras chegam a algumas conclusões importantes. A primeira delas é que os excedentes estruturais de força de trabalho, que sempre caracterizaram o mercado de trabalho metropolitano, insistem em manter um comportamento de ampliação, apesar da significativa redução da taxa de crescimento da população da RMS (de 3,19% a.a. na década passada para 1,68% no período entre 1991 e 1996). O comportamento da PEA também evidencia um movimento de expansão da oferta de força de trabalho. No período que vai de 1992 até 1995, a PEA cresce 5% a.a., o que significa mais de 176 mil pessoas no mercado de trabalho da referida região. Elas argumentam que tal aumento é explicado tanto por mudanças na estrutura etária, ocasionadas pelas modificações demográficas em curso, as quais implicam o aumento do peso relativo

da população em idade de trabalhar, quanto por um aumento das taxas de participação, que se dá principalmente entre as mulheres adultas, as crianças, os adolescentes e jovens, dos dois sexos.

Borges e Guimarães (1997) chamam atenção para o fato de esse crescimento expressivo da oferta de força de trabalho defrontar-se com uma economia que há muito se mostra incapaz de responder aos sinais emitidos por essa oferta, no sentido de garantir baixas taxas de desemprego/desocupação. Para comprovar tal tese, lançam mão do argumento que, mesmo no auge do processo de desenvolvimento das forças produtivas da economia metropolitana, nos anos 70/80 (período no qual ocorreram expressivos investimentos tanto públicos quanto privados), não se conseguiu reduzir os excedentes de força de trabalho, como evidenciado anteriormente. Segundo tais autoras, nesse período, mantém-se mais ou menos constante a proporção da PEA em atividades de baixa produtividade, associadas ao subemprego ou ao setor informal, bem como índices de desocupação/desemprego elevados.

De fato, essa questão dos elevados índices de desemprego/desocupação se apresenta como sendo um problema emblemático para a economia da RMS. Mais recentemente, a partir de 1996, os números produzidos pela PED evidenciam que a taxa de desemprego da RMS é a mais elevada dentre todas as regiões metropolitanas do Brasil. Conforme inferem Borges e Guimarães (1997), vários são os fatores que contribuem para determinar essa característica do mercado de trabalho regional, dentre os quais se destaca, no plano mais geral, a posição periférica da economia baiana e, como determinantes locais, o perfil da indústria instalada, altamente centrada em ramos de capital intensivo, e a forte concentração de renda existente na região.

Deve-se destacar, ainda segundo essas autoras, que, em função dos processos de reestruturação produtiva e abertura econômica, em curso na economia brasileira desde o início dos anos 90, tornou-se ainda mais débil a capacidade de a economia da RMS gerar empregos, sobretudo empregos de qualidade. Como alertam elas, tais processos

provocaram e vêm provocando uma diminuição dos postos de trabalho no setor organizado da economia e, particularmente, na sua moderna indústria de transformação. Nesse cenário, informam, acaba-se reforçando a importância das atividades com baixa produtividade, e ditas informais, na absorção da oferta de força de trabalho.

Essas informações são corroboradas por Braga e Fernandes (1999). Em trabalho onde comparam as informações produzidas pela PED no período de 1987/1989, com as de outubro de 1996 a março de 1999, elas concluem que a ampla incorporação de força de trabalho pelo setor de Prestação de Serviços (67,3% da ocupação) e a relevância da ocupação dos trabalhadores autônomos (23,7%) são indicadores da precariedade do emprego na região. Segundo informam, no setor Serviços, a exceção de alguns ramos específicos, há uma prevalência das relações de trabalho ditas informais, o que pode ser comprovado pelas elevadas taxas de informalização encontradas para esse setor.

No entendimento dessas mesmas autoras, a distribuição dos ocupados por setor de atividade é prova incontestável da deterioração do emprego na RMS. Para elas, há, nessa região, uma concentração da ocupação em segmentos onde são mais presentes as relações de trabalho precárias e o exercício de atividades que se enquadram no espaço diversificado da chamada informalidade.

Feitas essas considerações, pode-se afirmar que, pelo menos no que tange à questão da precarização do trabalho, as informações existentes indicam um quadro de agravamento, na passagem dos anos 80 para os 90. Tal fato acaba por impor uma cruel conclusão, qual seja: que, em virtude de todo o processo de mudança por que passou a economia brasileira na última década, considerando-se tanto aquelas mudanças que surgiram a partir das próprias transformações do capitalismo em escala mundial (globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo), quanto aquelas associadas ao comportamento da economia brasileira, caracterizado por oscilações muito expressivas no nível da atividade econômica, interrompeu-se o débil processo de estruturação do mercado de trabalho da RMS e de crescimento do número de pessoas ocupadas submetidas à relação de trabalho normal,

que vinha acontecendo antes da década de 90 (Borges e Filgueiras, 1995).

Simultaneamente, e como contra-face desse processo, intensificam-se, no mercado de trabalho da RMS, os movimentos que se processavam no mercado de trabalho brasileiro de uma forma geral, os quais revelam o atraso da sociedade e expõem, de pronto, os elementos negativos do nosso “modelo de desenvolvimento”, dentre os quais se pode destacar: o desemprego disfarçado, o emprego precário, a desproteção social, a insegurança e a exclusão de extensa parcela de trabalhadores dos espaços produtivos que, de alguma forma, lhes assegurem uma certa estabilidade e previsibilidade no acesso à renda e benefícios (Borges e Filgueiras, 1995).

HOMENS E MULHERES NA EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO DA GRANDE SALVADOR

Como será mostrado a seguir, as estatísticas produzidas pela PED para a RMS nos anos de 1987/1988 (primeiro período), bem como as elaboradas mais recentemente, nos anos de 1996/2000 (segundo período), confirmam as tendências para o comportamento das mulheres em relação ao mercado de trabalho. Entretanto, advoga-se aqui a idéia de que, do ponto de vista das assimetrias dos indicadores que definem e distinguem a inserção dos indivíduos de ambos os sexos no mercado de trabalho dessa região, as reduções observadas se devem tanto a uma piora da situação vivenciada pelos homens nesse mercado de trabalho quanto a uma melhora efetiva das mulheres.

Inserção no mercado de trabalho

Dito isso, cabe assinalar que, assim como vem sendo observado em outras partes do mundo, e na economia brasileira, em particular, constata-se também, para a RMS, uma tendência de redução da inatividade feminina, conforme se observa na Tabela 1. Nela se pode ver que a taxa de participação das mulheres salta de 48,3% para 52,7% entre os dois períodos analisados, sofrendo, portanto, uma variação percentual

positiva de 9,1%, ao passo que a dos homens reduz-se de 72,2% para 68,9%, o que corresponde a uma variação percentual negativa de 4,6%. Esse fato contribuiu para reduzir o tamanho da diferença que separava as taxas de participação dos indivíduos dos dois sexos.

**TABELA 1 – Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador 1987/88 - 1996/2000**

Atributos Pessoais	Períodos						Variações (em %) (B)/(A)		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			H	M	Total
	H	M	Total	H	M	Total			
TOTAL	72,2	48,3	59,4	68,9	52,7	60,2	-4,6	9,1	1,3
Posição no Domicílio									
Chefe	87,2	62,7	81,2	82,7	57,1	75,1	-5,2	-8,9	-7,5
Demais	58,6	46,1	50,4	56,7	51,8	53,6	-3,3	12,5	6,2
Cônjuge	70,5	50,1	50,4	76,5	56,9	57,3	8,5	13,6	13,7
Filho	55,4	38,4	47,1	53,9	45,2	49,7	-2,7	17,7	5,5
Outros	70,7	53,4	59,8	65,5	55,2	59,2	-7,4	3,4	-1,0
Faixa Etária									
10 a 14 anos	20,1	8,4	14,2	11,9	5,7	8,8	-40,8	-32,1	-38,0
15 a 17 anos	53,8	32,2	42,4	40,9	32,4	36,5	-24,0	0,6	-13,9
18 a 24 anos	86,9	63,0	74,3	81,2	68,2	74,3	-6,6	8,3	0,0
25 a 39 anos	95,7	67,3	80,6	94,4	75,8	84,3	-1,4	12,6	4,6
40 a 59 anos	84,4	55,3	68,4	83,8	60,1	70,9	-0,7	8,7	3,7
60 anos e mais	40,2	15,4	25,2	30,4	10,9	18,3	-24,4	-29,2	-27,4
Nível de Instrução									
Analfabeto	71,8	42,0	52,8	67,7	32,7	48,6	-5,7	-22,1	-8,0
Ens. Fund. in-completo	65,4	39,9	52,2	60,1	40,7	50,1	-8,1	2,0	-4,0
Ens. Fund. completo	84,1	54,2	69,2	75,2	52,4	63,6	-10,6	-3,3	-8,1
Ens. Médio in-completo	78,8	54,6	65,9	73,6	57,9	65,1	-6,6	6,0	-1,2
Ens. Médio completo	90,9	74,5	81,6	85,4	72,7	78,0	-6,1	-2,4	-4,4
Ens. Super. incompleto	77,8	64,4	70,9	78,7	73,2	75,9	1,2	13,7	7,1
Ens. Super. completo	92,3	86,3	89,1	86,2	82,5	84,1	-6,6	-4,4	-5,6

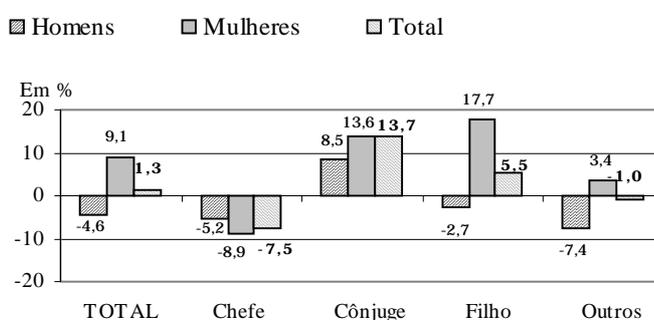
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria.

Quando se avalia a taxa de participação segundo a posição no domicílio, chama atenção a queda da inserção econômica do chefe, *vis a vis* ao aumento da participação dos demais integrantes do domicílio (Gráfico 1). A maior queda de participação dos chefes se dá entre as mulheres. Deve-se considerar, no entanto, que a taxa de participação

do chefe de domicílio mantém-se como sendo a mais alta nos dois períodos analisados.

De outro lado, ao analisar os demais integrantes do domicílio, merece destaque o crescimento registrado na taxa de participação do cônjuge, a qual passa de 50,4% para 57,3%, ao longo do período considerado. Isso se deve, em maior medida, ao aumento da taxa de participação das mulheres cônjuges, a qual salta de 50,1% para 56,9%.

GRÁFICO 1 – Variação das Taxas de Participação, por Sexo, segundo Posição no Domicílio entre 1987-88 e 1996-2000
Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria.

Ao se considerarem as taxas de participação por gênero segundo idade, alguns fatos importantes podem ser observados. Um deles é que essa taxa ou aumenta, ou permanece estável, para os indivíduos cujas idades situaram-se naqueles intervalos etários potencialmente mais produtivos (18 a 24 anos; 25 a 39 anos e 40 a 59 anos). Isso se deve, com certeza, à elevação da taxa de participação das mulheres para essas mesmas faixas etárias. Comportamento esse oposto ao que foi observado para os homens.

Isso fez com que, para essas três faixas etárias, fosse observada uma diminuição da distância que separava as taxas de participação de homens e mulheres. Se, no primeiro momento, para a faixa etária dos 18 aos 24 anos, a taxa de participação dos homens era 37,9% mais elevada que a das mulheres, no segundo essa assimetria se reduz para

19%. Para a faixa dos 25 aos 39 anos, observa-se que a taxa de participação dos indivíduos do sexo masculino era, no primeiro período, 42,1% maior que a das mulheres, e, no segundo, passou a ser 24,5% mais elevada. Por fim, para a faixa etária dos 40 a 59 anos, registrou-se, igualmente, um encurtamento das diferenças entre as taxas de participação dos indivíduos dos dois sexos, dado que, no primeiro período, a taxa masculina era 52,6% maior que a feminina, e, no segundo, passou a ser 39,4% mais alta.

Detalhando a análise, e levando-se em conta que o grau de participação e a forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho estão igualmente associados a fatores individuais e familiares, pode-se afirmar, com base nas informações referentes à taxa de participação por gênero segundo o nível de escolaridade, que as mulheres com um maior grau de instrução, assim como os homens, possuíam e ainda possuem as mais altas taxas de participação.

No entanto, deve-se destacar que, no decorrer desses dois períodos, reduziram-se as diferenças entre as taxas de participação masculina e feminina, em todos os níveis de instrução, dos mais baixos aos mais altos. Essa redução ocorre, em alguns casos, por conta de um crescimento da taxa de participação feminina e redução da masculina, e, em outros, pela redução de ambas as taxas. Porém cabe considerar que, nessa última situação, no mais das vezes, as taxas femininas caem proporcionalmente menos que as masculinas (sendo a única exceção registrada para os analfabetos, para os quais se verifica um aumento da diferença das taxas de participação masculina e feminina). Há também os casos em que as duas taxas sobem, só que a feminina apresenta um crescimento proporcionalmente maior (situação daqueles que não concluíram o 3º grau).

A Taxa de Desemprego

Com relação à questão do desemprego, o que se verifica, na comparação das informações para os dois períodos (Tabela 2), é a sua elevação, sugerindo um processo degenerativo do mercado de trabalho em curso. Na RMS, o desemprego total salta de 15,7% para 24,8% entre um período e outro. Em que pese o fato de, tanto no primeiro

período quanto no segundo, o desemprego incidir mais fortemente sobre o universo feminino (18,1% e 27,1%, respectivamente), que no masculino (14% e 22,9%), esse fenômeno de ampliação do desemprego parece ter afetado mais os homens que as mulheres.

**TABELA 2 – Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador**

Atributos Pessoais	Períodos						Variações (em %) (B)/(A)		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			H	M	Total
	H	M	Total	H	M	Total			
TOTAL	14,0	18,1	15,7	22,9	27,1	24,8	63,6	49,7	58,0
Aberto	7,4	10,9	8,9	11,7	16,8	14,1	58,1	54,1	58,4
Oculto	6,6	7,2	6,8	11,2	10,3	10,7	69,7	43,1	57,4
Pelo Trabalho Precário	5,2	2,7	4,1	9,1	5,4	7,3	75,0	100,0	78,0
Pelo Desalento	1,4	4,5	2,7	2,1	4,9	3,4	50,0	8,9	25,9
Posição no Domicílio									
Chefe	7,9	9,9	8,3	14,9	17,3	15,5	88,6	74,7	86,7
Demais	21,9	19,8	20,7	33,2	29,3	30,7	51,3	47,7	48,8
Cônjuge	(1)	15,7	15,6	20,3	23,7	23,5	-	51,0	50,6
Filho	23,1	29,4	25,6	35,2	40,0	37,3	52,4	36,1	45,7
Outros	18,8	14,0	16,1	28,2	22,8	25,1	50,0	62,9	55,9
Faixa Etária									
10 a 14 anos	21,3	15,6	19,6	33,9	41,7	36,4	59,2	167,3	85,7
15 a 17 anos	28,8	27,6	28,3	44,3	51,7	47,7	53,8	87,3	68,6
18 a 24 anos	20,8	29,8	24,8	35,0	40,3	37,5	68,3	35,2	51,2
25 a 39 anos	10,4	15,7	12,7	18,3	24,6	21,4	76,0	56,7	68,5
40 a 59 anos	7,0	7,2	7,1	14,8	14,1	14,5	111,4	95,8	104,2
60 anos e mais	4,8	1,8	3,7	11,3	5,5	9,2	135,4	205,6	148,6
Nível de Instrução									
Analfabeto	12,3	8,0	10,1	24,0	18,3	21,3	95,1	128,8	110,9
Ens. Fund. incompleto	16,0	19,2	17,3	28,5	30,2	29,2	78,1	57,3	68,8
Ens. Fund. completo	13,7	23,9	17,7	25,0	35,3	29,3	82,5	47,7	65,5
Ens. Médio incompleto	15,4	31,6	22,5	27,9	42,1	34,8	81,2	33,2	54,7
Ens. Médio completo	10,0	17,1	13,7	15,4	24,5	20,4	54,0	43,3	48,9
Ens. Superior incompleto	9,0	16,8	12,6	17,6	22,7	20,0	95,6	35,1	58,7
Ens. Superior completo	2,3	4,9	3,6	4,8	8,7	7,0	108,7	77,6	94,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria. Elaboração própria.

É certo que a diferença entre as taxas de desemprego de homens e mulheres manteve-se praticamente inalterada nos dois períodos.

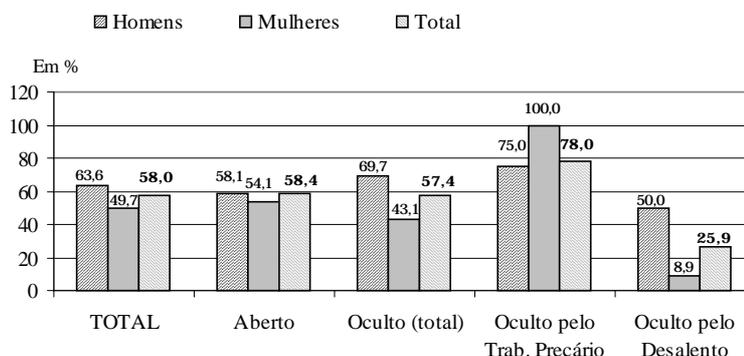
dos. Mas, para que as coisas acontecessem dessa forma, foi preciso que a taxa de desemprego dos homens aumentasse muito mais que a das mulheres (Gráfico 2). Enquanto a primeira sofreu uma variação percentual de 63,6%, a segunda sofreu uma variação de 49,7%. Isso, juntamente com a elevação da taxa de participação das mulheres e a queda da taxa de participação dos homens, indica que elas encontraram relativamente menos adversidades que eles, se é que se pode dizer assim, no mercado de trabalho.

Nota-se uma disparidade acentuada no desemprego aberto, sendo esse maior para as mulheres em ambos os períodos. Entretanto, de um período a outro, o problema do desemprego aberto se agravou mais entre os homens (de 7,4% para 11,7%, variação percentual de 58,1%), que entre as mulheres (de 10,9% para 16,8%, variação percentual de 54,1%).

Já a taxa de desemprego oculto que, no primeiro período, também afligia mais as mulheres, passou a ser maior entre os homens no segundo período. Isso se deve ao seguinte comportamento dos seus componentes:

- 1) No que diz respeito ao desemprego oculto, por trabalho precário (ou desemprego com “bico”), verificou-se que a taxa medida para as mulheres aumentou 100% (saltando de 2,7% para 5,4%) do primeiro para o segundo período, ao passo que a taxa apurada para os homens cresceu um pouco menos, cerca de 75% (saindo de 5,2% para 9,1%).
- 2) O desemprego por desalento, cresceu muito mais entre os homens (de 1,4% para 2,1%), que entre as mulheres (de 4,5% para 4,9%). Com isso, apesar de permanecer acentuada, a diferença entre as taxas de desemprego oculto por desalento se reduziu entre os sexos, no intervalo de tempo analisado. Se, no primeiro período, essa taxa de desemprego das mulheres era mais que o triplo da taxa medida para os homens, mais recentemente ela passou a ser pouco mais que o dobro.

**GRÁFICO 2 – Variação das Taxas de Desemprego, por Sexo, entre 1987-88 e 1996-2000
Região Metropolitana de Salvador**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria.

Quando se confrontam as taxas de desemprego de homens e mulheres segundo a posição no domicílio, para os dois períodos considerados, alguns fatos chamam a atenção. Um deles é que, tanto no primeiro período quanto no segundo, as maiores taxas de desemprego, seja para os homens, seja para as mulheres, correspondiam à posição de filho. Um outro é a grande elevação registrada nas taxas de desemprego de homens e mulheres que ocupam a posição de chefe do domicílio, a qual passa de 8,3% para 15,5%. No caso das mulheres que ocupam essa posição, a referida taxa salta de 9,9% para 17,3%. Um terceiro e último é que as mulheres que estão na posição de cônjuge também passam a conviver com uma taxa de desemprego mais elevada, que pula de 15,7%, no primeiro período, para 23,7%, no segundo, o que corresponde a uma variação percentual de 51,0%.

Analisando o atributo idade, e tentando visualizar sua relação com a magnitude da taxa de desemprego de homens e mulheres, verificam-se comportamentos semelhantes para os dois períodos em questão. Ou seja, tanto num momento quanto noutro, partindo da faixa etária com incidência da maior taxa de desemprego, qual seja, a dos adolescentes (15 a 17 anos), observou-se que a referida taxa se re-

duzia à medida que as faixas etárias se elevavam, sugerindo uma relação inversa entre essas duas variáveis.

Para o primeiro período, cabe destacar que, em apenas três faixas etárias, o desemprego feminino era maior que o masculino (quais sejam, as faixas compreendidas entre 18 e 59 anos). Já para o segundo período, em quase todas as faixas consideradas, o desemprego é maior entre as mulheres que entre os homens (sendo as únicas exceções, encontradas nas faixas etárias dos 40 a 59 anos e dos 60 anos e mais). Deve-se sublinhar, dessa forma, que, durante a década de 90, ocorreu uma maior exposição de crianças (de 10 aos 14 anos) e de adolescentes (dos 15 aos 17 anos) do sexo feminino à situação de desemprego.

É necessário considerar também que o crescimento das taxas de desemprego, para os homens, foi superior ao crescimento das taxas de desemprego enfrentadas pelas mulheres, exatamente na fase mais produtiva de suas vidas, quais sejam, naquelas faixas etárias compreendidas entre os 18 e os 59 anos.

A observação das estatísticas produzidas, para os dois períodos, indica que há uma associação inversa também entre o nível de escolaridade e o desemprego, ou seja, quanto maior a escolaridade menor o desemprego. Além disso, a análise comparativa entre um período e outro sugere que o aumento do desemprego, na década de 90, afetou, sobretudo, as camadas menos qualificadas da população.

Entre os sexos, notou-se que o grau de escolaridade tem um efeito muito mais acentuado entre os homens que entre as mulheres. Ou, dito de outro modo, se entre a força de trabalho masculina é clara a influência da escolaridade para um melhor posicionamento frente ao desemprego, entre as mulheres essa ocorrência não se expressa plenamente.

É importante registrar que, tanto no primeiro período quanto no segundo, a taxa de desemprego dos indivíduos considerados analfabetos era mais elevada entre os homens que entre as mulheres. Não obstante, à medida que os indivíduos passam a possuir alguma educação formal, essa situação se inverte. Observe-se que, desde os indiví-

duos que não concluíram o 1º grau até aqueles com curso superior completo, o desemprego feminino é bastante superior ao masculino.

Ocupação

Os dados da PED para os dois períodos analisados apontam para uma mudança na composição por gênero dos ocupados, no sentido da redução da participação dos homens (de 57,8% para 54,3%), e conseqüente incremento da fatia feminina (de 42,2% para 45,7%).

Investigando-se a distribuição dos ocupados por gênero, segundo o atributo idade, para os dois períodos considerados (Tabela 3), chama atenção o fato de ter ocorrido aumento da idade dos trabalhadores. Observou-se a queda da proporção dos ocupados com até 24 anos de 23,1% para 19,9%; ao passo que se elevou a proporção daqueles trabalhadores com idades que vão dos 40 anos acima, especialmente dos que estão na faixa etária de 40 a 59 anos, cuja participação passa de 22,2% para 29,0%; já os trabalhadores na faixa etária dos 25 aos 39 anos permaneceram praticamente com a mesma participação, ou seja, na casa dos 42%.

Quando se desagregam essas informações por gênero, constata-se um fenômeno interessante, qual seja, que a referida tendência de crescimento da idade média dos ocupados se deu de forma menos pronunciada para as mulheres que para os homens. Enquanto a proporção de trabalhadores com até 24 anos de idade decresceu 22,3% (passando de 33,2% para 25,8%), o número de trabalhadoras, nessa mesma faixa etária, reduziu-se 20,4% (passando de 30,9% para 24,1%). De igual modo, a proporção de homens que se situavam na faixa etária dos 40 aos 59 anos, cresceu 34,1% (passando de 21,4% para 28,7%), ao passo que o de mulheres se elevou 26,2% (passando de 23,3% para 29,4%).

**TABELA 3 – Distribuição dos Ocupados, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador**

Atributos Pessoais	Períodos						Em porcentagem		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			Variações (em %) (B)/(A)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Faixa Etária									
10 a 14 anos	4,3	2,7	3,6	2,0	1,0	1,5	-53,5	-63,0	-58,3
15 a 17 anos	5,7	5,3	5,5	4,0	3,5	3,7	-29,8	-34,0	-32,7
18 a 24 anos	23,2	22,9	23,1	19,8	20,1	19,9	-14,7	-12,2	-13,9
25 a 39 anos	41,9	42,9	42,3	41,9	43,4	42,6	0,0	1,2	0,7
40 a 59 anos	21,4	23,3	22,2	28,7	29,4	29,0	34,1	26,2	30,6
60 anos e mais	3,5	2,9	3,3	3,6	2,6	3,2	2,9	-10,3	-3,0
Nível de Instrução									
Analfabeto	6,3	9,4	7,6	4,2	4,6	4,4	-33,3	-51,1	-42,1
Ens. Fund.	55,5	48,3	52,4	41,2	34,4	38,1	-25,8	-28,8	-27,3
Ens. Fund.	9,3	7,2	8,4	10,0	7,4	8,8	7,5	2,8	4,8
Ens. Médio	6,0	5,2	5,7	7,3	6,6	7,0	21,7	26,9	22,8
Ens. Médio	15,1	20,5	17,4	24,7	30,9	27,5	63,6	50,7	58,0
Ens. Superior	2,2	2,5	2,3	3,8	3,9	3,8	72,7	56,0	65,2
Ens. Superior	4,5	6,1	5,2	8,5	12,1	10,1	88,9	98,4	94,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria.

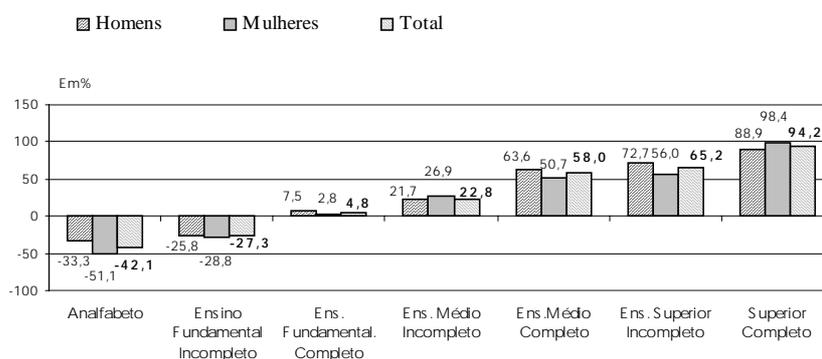
No que tange ao grau de escolaridade dos ocupados, pode-se perceber que, entre os dois períodos analisados, houve uma diminuição significativa da participação dos trabalhadores que possuem uma baixa ou nenhuma escolaridade, excetuando-se apenas os trabalhadores que concluíram o 1º grau (Gráfico 3). Sendo assim, no caso dos analfabetos e dos que não chegaram a terminar o 1º grau, constatou-se uma redução relativa na ocupação da ordem de 42,1% e 27,3%, respectivamente.

Uma análise mais acurada da distribuição da ocupação por gênero segundo o grau de escolaridade revela, ainda, um fato muito importante, qual seja, que há um número bem maior de trabalhadores do sexo masculino que do feminino que possuem no máximo o 1º grau completo. No entanto, essa situação se modifica completamente quando o foco passa a ser os trabalhadores com um maior grau de escolaridade, (ocupados com o 2º grau completo até o 3º grau comple-

to), já que se observa, para os dois períodos analisados, a maior a proporção de mulheres que de homens, o que evidencia uma maior escolarização da força de trabalho feminina *vis a vis* a masculina.

GRÁFICO 3 – Variação do Número de Ocupados, por Sexo, segundo Instrução, entre 1987-88 e 1996-2000

Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria.

Ao aprofundar-se sobre a questão da ocupação, só que agora privilegiando sua distribuição por setor de atividade, várias são as modificações que podem ser percebidas (Tabela 4). A primeira delas, e talvez a mais importante, é a contração da ocupação no setor industrial. Se, no período 1987/1988, a proporção de trabalhadores nesse setor de atividade já era pouco expressiva (12,2%), no período posterior (1996/2000), essa proporção se reduz ainda mais (9,2%), correspondendo a uma queda de 24,6%. Merece destaque, no grupo industrial, a grande queda de participação de ocupados na Indústria Tradicional, que foi de 36,8%.

Esse resultado se contrapõe ao observado para a ocupação no Setor de Serviços, que passou de 48,8% para 56,1%. Nesse setor, o maior crescimento da absorção de ocupados ocorreu no subsetor de Serviços Produtivos (47,7%), o que pode estar sugerindo a transferên-

cia de ocupados da Indústria para os Serviços, com o processo de reestruturação produtiva.

TABELA 4 – Distribuição dos Ocupados, segundo o Setor de Atividade Região Metropolitana de Salvador

Atributos Pessoais	Períodos						Em porcentagem		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			Variações (em %) (B)/(A)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Indústria	16,8	5,7	12,2	13,2	4,3	9,2	-21,4	-24,6	-24,6
- Moderna ⁽¹⁾	6,8	1,5	4,6	7,2	1,1	4,4	5,9	-26,7	-4,3
- Tradicional ⁽²⁾	10,0	4,2	7,6	6,0	3,2	4,8	-40,0	-23,8	-36,8
Const. Civil	12,3	0,9	7,5	9,4	0,6	5,4	-23,6	-33,3	-28,0
Comércio	19,3	18,1	18,8	18,0	16,0	17,1	-6,7	-11,6	-9,0
Serviços	46,1	52,5	48,8	56,0	56,5	56,1	21,5	7,6	15,0
- Produtivos	20,4	7,7	15,1	28,5	15,1	22,3	39,7	96,1	47,7
- Governo	9,3	5,7	7,7	8,5	6,8	7,7	-8,6	19,3	0,0
- Pessoais	12,4	20,6	15,9	12,5	12,9	12,7	0,8	-37,4	-20,1
- Sociais	4,0	18,5	10,1	6,5	21,7	13,4	62,5	17,3	32,7
Serv. domésticos	1,1	20,6	9,4	1,2	21,5	10,5	9,1	4,4	11,7
Demais	4,4	2,2	3,3	2,2	1,1	1,7	-50,0	-50,0	-48,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Indústria Têxtil; Calçados e Vestuários; Alimentação; Mobiliário; Gráficas e editoras; Vidros, Cristais e Cerâmica; Materiais de Construção; Artesanato e outras

(2) Incluem Indústria Metalúrgica, Mecânica, Material Eletroeletrônico e Material de Transporte; Química, Farmacêutica e Plásticos; Artefatos de Borracha; Papel, Papelão e Cortiça. Elaboração própria.

Com relação ao gênero, deve-se observar que os setores da atividade econômica tipicamente caracterizados por conter uma força de trabalho mais masculina, em geral, reduziram a sua participação na absorção de ocupados, entre o primeiro e o segundo período. A exceção coube ao subsetor de Serviços Produtivos, onde praticamente dobrou a participação dos ocupados do sexo feminino (de 7,7% para 15,1%).

Entre os setores de atividades, formados, sobretudo, com força de trabalho feminina, merece destaque o crescimento da ocupação nos Serviços Domésticos, a qual pulou de 9,3% para 10,5%, número este que supera a proporção de trabalhadores ocupados no setor industrial no período mais recente, que é de 9,2%.

A leitura dos dados sobre posição na ocupação, para os dois períodos, revela algumas mudanças importantes na composição do mercado de trabalho da RMS (Tabela 5). Um dos fatos que mais chama a atenção é que, nos dois períodos, o assalariamento é a posição na ocupação predominante tanto para os homens quanto para as mulheres. Contudo, faz-se necessário ressaltar que, de um período ao outro, diminui a proporção de homens sob essa condição (de 66,2% para 63,8%), ao mesmo tempo em que aumenta a proporção de mulheres nesse mesmo agrupamento (de 47,1% para 50,8%).

Esse avanço do assalariamento, entre as mulheres, foi derivado, sobretudo, do crescimento dos assalariados no setor privado, sem registro em carteira, o que deve ser visto com muita cautela, dado que o registro em carteira profissional constitui-se num indicador importante para a avaliação da situação de trabalho da população assalariada, pois a sua ausência expressa a burla à legislação trabalhista e conseqüentemente maior exploração da força de trabalho.

Para a condição de autônomo, o que se observa é que, no decorrer dos dois períodos, homens e mulheres apresentam comportamentos distintos. Enquanto para os primeiros se constata um crescimento da proporção dos ocupados que exercem uma atividade econômica de forma autônoma de 25,3% para 25,9% (variação percentual de 2,4%), para as mulheres o que se verifica é uma forte queda dessa proporção de 27,5% para 21,3% (variação percentual negativa de 22,5%).

Pode-se concluir desses números, que a presença feminina é mais acentuada naquelas posições ocupacionais que englobam atividades mais insatisfatórias em termos de condições de trabalho. Considerando-se as formas de ocupação mais precárias, perfeitamente percebidas através da condição legal de inserção, o somatório das proporções das mulheres assalariadas sem registro em carteira, das ocupadas em atividades por conta própria, que atendem ao público, e das empregadas domésticas, revela, tanto no primeiro período quanto

no segundo, que cerca da metade (50,8% e 48,7%, respectivamente) da ocupação feminina estava aí distribuída.

TABELA 5 – Distribuição dos Ocupados, segundo a Posição na Ocupação Região Metropolitana de Salvador

Posição na Ocupação	Períodos						Em porcentagem		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			Variações (em %) (B)/(A)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Assalariados ⁽¹⁾	66,2	47,1	58,2	63,8	50,8	57,9	-3,6	7,9	-0,5
- Priv. com Carteira	39,5	22,9	32,5	37,1	23,5	30,9	-6,1	2,6	-4,9
- Priv. Sem Carteira	9,5	5,9	8,0	13,3	8,8	11,3	40,0	49,2	41,3
- Setor Público	16,7	18,1	17,3	13,3	18,5	15,7	-20,4	2,2	-9,2
Autônomos	25,3	27,5	26,3	25,9	21,3	23,8	2,4	-22,5	-9,5
- que Trab. p/Público	18,3	24,3	20,9	19,8	18,4	19,1	8,2	-24,3	-8,6
- que Trab. p/Empresa	7,0	3,2	5,4	6,1	2,9	4,7	-12,9	-9,4	-13,0
Empregadores ⁽²⁾	3,3	1,0	2,3	5,3	2,7	4,1	60,6	170,0	78,3
Empreg. Domésticos	1,1	20,6	9,4	1,2	21,5	10,5	9,1	4,4	11,7
Outros	4,1	3,8	3,8	3,8	3,7	3,7	-7,3	-2,6	-2,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

(2) Inclusive Dono de Negócio Familiar. Elaboração própria.

Rendimento dos Ocupados

No comparativo dos dois períodos, é possível perceber uma queda generalizada de rendimento para todos os trabalhadores (Tabela 6). Esse acentuado desempenho negativo do rendimento médio dos ocupados, em 19,1%, decorreu da queda de rendimento de ambos os sexos, mas principalmente dos homens, que tiveram seus ganhos reduzidos em 21,2%, contra 7,5% no caso das mulheres. Portanto, é preciso ressaltar que essa compressão de rendimentos afetou mais intensamente os homens que as mulheres, de modo que a diferença de rendimentos entre sexos também se reduziu. Se, no primeiro período, as mulheres recebiam em média pouco mais que a metade do rendimento médio dos homens (51,5%), no segundo período, essa porcentagem se ampliou para 60,6%.

Quando se avalia a questão do rendimento médio real por gênero segundo a idade, percebe-se, igualmente, que no transcorrer do primeiro para o segundo período, o rendimento médio dos homens caiu mais que o das mulheres. Como em todas as faixas etárias os rendimentos reais médios dos ocupados do sexo masculino eram superiores aos das mulheres, a referida evolução dos rendimentos entre um período e outro fez com que as assimetrias de ganho do trabalho se atenuassem.

TABELA 6 – Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Atributos Pessoais Região Metropolitana de Salvador

Atributos Pessoais	Períodos						Variações (em %) (B)/ (A)		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			H	M	Total
	H	M	Total	H	M	Total			
TOTAL	895	461	710	705	427	574	-21,2	-7,5	-19,1
Faixa Etária									
10 a 14 anos	79	59	73	54	55	54	-32,0	-6,6	-26,2
15 a 17 anos	161	100	137	111	108	110	-31,1	7,9	-19,7
18 a 24 anos	475	292	398	300	223	263	-37,0	-23,7	-33,9
25 a 39 anos	1.084	572	863	695	447	578	-35,9	-21,7	-33,1
40 a 59 anos	1.276	536	941	1.081	578	838	-15,3	7,9	-10,9
60 anos e mais	836	299	627	1.030	409	777	23,2	37,0	23,9
Nível de Instrução									
Analfabeto	342	155	244	235	135	185	-31,1	-13,0	-24,2
Ens. Fund. incompleto	506	208	389	331	165	259	-34,7	-20,6	-33,4
Ens. Fund. completo	813	332	638	514	234	403	-36,8	-29,5	-36,8
Ens. Médio incompleto	781	339	611	456	244	364	-41,6	-27,9	-40,4
Ens. Médio completo	1.582	672	1.125	911	467	678	-42,4	-30,5	-39,7
Ens. Super. incompleto	1.935	1.086	1.545	1.048	584	832	-45,8	-46,3	-46,2
Ens. Super. completo	3.960	2.102	2.997	2.513	1.388	1.881	-36,5	-34,0	-37,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Obs.: Inflator utilizado: IPC da SEI. Valores em reais de novembro de 2000. Elaboração própria.

A análise dessa tabela revela, ainda, que os diferenciais de rendimento por gênero apresentavam um comportamento diretamente proporcional à idade dos indivíduos. Em outras palavras, isso significa que quanto mais elevada a faixa etária, maiores são as diferenças nos ganhos entre homens e mulheres.

Ao se analisarem as informações sobre rendimento real médio por gênero e grau de escolaridade, constata-se que, para todos os graus de escolaridade, tanto no primeiro período quanto no segundo, o rendimento real dos indivíduos do sexo masculino é bastante superior ao que é auferido pelas mulheres. Cabe, no entanto, destacar que, no período 1987/1988, essa diferença era especialmente alta entre os ocupados analfabetos e os que possuíam o 1º e 2º graus incompletos e completos, dado que o rendimento médio feminino correspondia a menos da metade do rendimento dos homens.

No comparativo dos dois períodos, é possível perceber uma queda generalizada de rendimento para todos os ocupados. Não obstante, é preciso ressaltar que essa compressão de rendimentos afetou mais intensamente os homens que as mulheres. Observe-se o fato de que, de um período ao outro, o diferencial de rendimento de homens e mulheres com os mais variados graus de escolaridade diminuiu ou se manteve constante (caso, por exemplo, daqueles com 3º grau incompleto). Contudo, é importante assinalar que esse diferencial, de uma forma geral, ainda se situou num patamar bastante elevado no segundo período.

Como forma de refinar a análise procurou-se averiguar qual o adicional de rendimento para cada grau de escolaridade (Tabela 7), visando a medir o quanto o mercado de trabalho da RMS valoriza, do ponto de vista da renda, a procura por maior instrução e qualificação na instrução formal. As estatísticas disponíveis, tanto para o primeiro período quanto para o segundo, revelam que o ganho percentual mais significativo se dá para o conjunto de trabalhadores com o 2º grau completo que concluem o ensino superior. Logo em seguida, encontram-se os trabalhadores que conseguem terminar o 2º grau. Essas estatísticas indicam ainda que, de uma etapa a outra de escolaridade, cresce progressivamente o incentivo salarial para os ocupados.

É importante registrar que os homens recebem maiores incentivos salariais que as mulheres quando deixam de ser analfabetos e passam a ter, pelo menos, o 1º grau incompleto. Situação oposta é

constatada entre os trabalhadores que passam do 1º para o 2º grau completo e deste para o 3º grau completo.

Chama a atenção também o fato de que, ao longo do tempo, processa-se uma diminuição expressiva no estímulo salarial para homens e mulheres que terminaram o 1º e 2º graus, e um aumento para os que concluíram o 3º grau. Uma explicação possível para justificar esses resultados é que o mercado de trabalho, a cada dia que passa, apresenta um comportamento no sentido de oferecer maiores ganhos para os trabalhadores mais instruídos, tendo em vista que, pelo menos em tese, são os que melhor se enquadram no novo perfil de trabalhador procurado pelas empresas.

TABELA 7 – Adicional de Rendimento Médio dos Ocupados, segundo Atributos Pessoais Região Metropolitana de Salvador

Nível de Escolaridade	Períodos						Em percentagem		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			Variações (em %) (B)/(A)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
De analfabeto para Fundamental Incompleto	48,0	33,7	59,6	40,4	22,1	40,1	-15,9	-34,5	-32,6
De Fund. Incompleto para Fundamental Completo	60,7	60,0	63,9	55,5	42,2	55,5	-8,5	-29,7	-13,2
De Fund. Completo para Médio Completo	94,5	102,1	76,4	77,3	99,3	68,2	-18,2	-2,8	-10,7
De Médio Completo para Superior Completo	150,3	213,0	166,4	175,7	197,1	177,4	16,9	-7,5	6,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Obs.: Inflator utilizado: IPC da SEI. Valores em reais de novembro de 2000. Elaboração própria.

Tendo em vista que as mulheres, conforme já destacado, estão mais presentes naqueles setores da atividade econômica que tradicionalmente abarcam postos de trabalhos mais vulneráveis e precários, achou-se oportuno analisar o comportamento do rendimento médio dos ocupados segundo o gênero e setor de atividade (Tabela 8).

Ao se fazer isso, constatou-se que, de fato, houve, no decorrer do período analisado, um processo de diminuição das assimetrias de rendimento entre homens e mulheres. No ramo moderno da indústria de transformação, por exemplo, enquanto o rendimento dos homens

cai de R\$ 1.390,00 para R\$ 1.153,00, o das mulheres se eleva de R\$ 703,00 para R\$ 854,00. Movimento um pouco diferente, mas que leva igualmente ao estreitamento da diferença dos rendimentos de homens e mulheres, é verificado no ramo tradicional dessa indústria. Isso porque nela se reduz tanto o rendimento masculino quanto o feminino, porém esse último cai proporcionalmente menos que o primeiro.

TABELA 8 – Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo o Setor de Atividade Região Metropolitana de Salvador

Atributos Pessoais	Períodos						Em Reais		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			Variações (em %) (B)/(A)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
TOTAL	895	461	710	705	427	574	-21,2	-7,5	-19,1
Indústria	1.357	679	1.220	899	498	810	-33,8	-26,7	-33,6
- Moderna ⁽¹⁾	1.390	703	1.293	1.153	854	1.117	-17,0	21,5	-13,6
- Tradicional ⁽²⁾	1.335	671	1.175	597	372	526	-55,2	-44,6	-55,2
Const. Civil	609	885	625	490	800	505	-19,6	-9,6	-19,1
Comércio	733	429	610	564	357	474	-23,1	-16,9	-22,3
Serviços	919	571	758	760	555	663	-17,3	-2,8	-12,4
- Produtivos	1.022	879	991	797	539	715	-22,1	-38,7	-27,9
- Governo	1.225	1.079	1.179	934	880	912	-23,8	-18,4	-22,6
- Pessoais	428	217	309	425	306	369	-0,7	41,3	19,3
- Sociais	1.109	668	765	964	595	689	-13,1	-10,8	-10,0
Serv. Domést.	191	125	130	196	141	144	2,4	12,1	10,7
Demais	433	270	390	408	230	350	-5,7	-15,0	-10,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Obs.: Inflator utilizado: IPC da SEI. Valores em reais de novembro de 2000. Elaboração própria.

O estudo de rendimento por posição na ocupação permite detectar comportamentos distintos entre o grupo de posições mais vulneráveis de inserção no mercado de trabalho (englobando aí os assalariados sem carteira, autônomos que trabalham para o público e empregados domésticos) dos demais ocupados (Tabela 9). Em ambos os períodos analisados, o rendimento real médio do trabalho desse grupo foi o menor praticado no mercado, embora não se tenha verificado uma queda no seu poder aquisitivo, tal como se verificou para os assalariados mais protegidos pela economia formal (tanto os assalariados com carteira quanto os assalariados do Setor Público).

Deve-se observar também que a parcela feminina (cerca de 40%) que ocupa os postos de trabalhos mais vulneráveis – aqueles relacionados ao serviço doméstico e a prestação de serviço para o público como de forma autônoma – teve ganhos reais de rendimentos, o que vem, mais uma vez, mostrar uma certa melhora da situação das mulheres em relação aos homens.

Tabela 9 – Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo a Posição na Ocupação Região Metropolitana de Salvador

Posição na Ocupação	Períodos						Em Reais		
	1987-88 (A)			1996-2000 (B)			Variações (em %) (B)/(A)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
TOTAL	895	461	710	705	427	574	-21,2	-7,5	-19,1
Assalariados ⁽¹⁾	977	701	881	683	560	632	-30,0	-20,2	-28,2
- Priv. c/ Carteira	878	542	776	652	498	597	-25,8	-8,1	-23,0
- Priv. s/ Carteira	275	250	267	300	247	281	8,9	-1,1	5,0
- Setor Público	1.572	1.037	1.333	1.135	775	937	-27,8	-25,2	-29,7
Autônomos	517	225	384	464	246	372	-10,1	9,3	-3,2
- que Trab. p/Público	487	215	350	400	228	322	-17,9	5,8	-8,1
- que Trab. p/Empresa	591	303	517	666	365	577	12,6	20,5	11,5
Empregadores ⁽²⁾	2.058	1.336	1.891	1.981	1.256	1.740	-3,7	-6,0	-8,0
Empreg. Domést.	191	125	130	196	141	144	2,4	12,1	10,7
Outros	(2)	(2)	1.738	2.285	1.914	2.133	-	-	22,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou a constituição de um cenário onde se aponta uma tendência de aproximação das condições que homens e mulheres enfrentam no mercado de trabalho. Nesse sentido, ele foi encaminhado numa rota pouco comum, na medida em que a grande maioria dos trabalhos que investigam as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho, *vis a vis* à dos homens, pautam-se mais na acentuação das diferenças (muitas delas já preexistentes), do

que na tentativa de visualização de possíveis similitudes entre a condição feminina e a masculina.

Esse movimento de aproximação dos indicadores que definem e distinguem a natureza da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, no entanto, não resulta de uma melhora nas suas condições de funcionamento, o que, caso ocorresse, viria, por certo, a beneficiar os universos masculino e feminino. Ao invés disso, ele deriva de uma piora generalizada de tais condições, fato esse que pode ser facilmente visualizado através da observação da tabela síntese, exposta a seguir:

QUADRO SÍNTESE

	Assimetria	Razão
1. Taxa de participação	Reduzida	Aumenta a pressão das mulheres no mercado de trabalho e diminui a dos homens.
2. Taxa de desemprego	Reduzida	O movimento de ampliação do desemprego afetou mais os homens que as mulheres.
3. Ocupação setorial	Reduzida	Os indivíduos de ambos os sexos passaram a concorrer mais intensamente pelas vagas geradas no setor terciário. As mulheres perderam, proporcionalmente, menos postos de trabalho no setor industrial que os homens.
4. Posição na ocupação	Reduzida	Aumento da precarização ocorrida no mercado de trabalho.
5. Rendimento	Reduzida	Queda generalizada de rendimento para todos os trabalhadores. Não obstante, essa compressão dos rendimentos afetou mais intensamente os homens que as mulheres.

A conformação desse cenário, de menores diferenças entre a condição feminina e a masculina no mercado de trabalho, deveu-se também ao fato de as mulheres aumentarem substancialmente, sob certos aspectos, o potencial de utilização de sua força de trabalho, na medida, por exemplo, em que elevaram, de maneira decisiva, o seu grau de escolaridade, requisito esse fundamental, nos dias de hoje, para que qualquer trabalhador aspire a uma inserção melhor posicionada no mercado de trabalho.

O aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho da RMS se processa num contexto caracterizado por grandes mudanças no mercado de trabalho nacional e regional, as quais se expressam numa crescente flexibilização dos vínculos empregatícios e na ampliação do número de trabalhadores que exercem atividades informais, bem como na elevação das taxas de desemprego (Borges: Guimarães, 2000, p. 136).

Tendo em vista que as desigualdades observadas entre homens e mulheres, no mercado de trabalho, reproduzem, de algum modo, desigualdades originárias de outras esferas das relações sociais, é fundamental que as ações resultantes das políticas públicas, bem como as desenvolvidas no plano dos movimentos feministas, sejam bem sucedidas, pois só assim se conseguirá avançar, de forma mais decisiva, para a conformação de um cenário, onde homens e mulheres estejam sujeitos às mesmas condições (melhores) no mercado de trabalho.

Apesar dos avanços alcançados, um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que o cenário acima descrito possa se configurar. O conjunto de leis que versam sobre os instrumentos de promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres encontra-se, no Brasil, praticamente saindo do estado embrionário. Apenas em 1994, os legisladores brasileiros aprovaram, na íntegra, o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, documento esse que já tinha sido aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas desde 1981.

Ainda sobre as políticas públicas, é preciso ressaltar que, frente ao panorama de instabilidade por que passa o mercado de trabalho brasileiro, elas se tornam fundamentais. Contudo, é necessário destacar que a revisão do atual modelo econômico se coloca como condição indispensável para que essas ações possam efetivamente enfrentar os problemas que afligem o mercado de trabalho brasileiro.

Caso isso ocorresse, essas ações deveriam se pautar na formulação e implementação de políticas públicas de emprego que visem, a

um só tempo, estimular aqueles setores mais absorvedores de força de trabalho e possibilitar aos trabalhadores o acesso e a manutenção de empregos, através, por exemplo, de cursos de capacitação profissional. Em se tratando das mulheres, é sabido que apenas a execução dessas políticas não é suficiente, pois elas, na maioria das vezes, recebem treinamentos destinados a empregos tipicamente femininos (cozinheira, costureira, secretária, etc), os quais são considerados como de menor prestígio social.

Segundo Pochmann (1998, p. 59), para que se pudesse atuar especificamente sobre o problema do desemprego feminino, as ações governamentais deveriam se dirigir para a criação de uma nova regulação no mercado de trabalho. Baseado na experiência internacional, ele afirma que há possibilidade de flexibilização inclusiva do mercado de trabalho, por intermédio da possibilidade de criação de contratos de trabalho de tempo parcial (5 a 3 horas por dia) para uma parte da PEA feminina, que “prefere” ter outra atividade além do trabalho pleno, sem, porém, deixar de estar incorporada ao sistema de proteção social e trabalhista.

(Recebido para publicação em agosto/2002)

(Aceito em setembro/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; AMORIM, Brunu Marcus Ferreira; CUNHA, George Henrique Moura. Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na Grande São Paulo - 1988/1995. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 497, jul. 1997.

AZEVEDO, José S. G. **Reestruturação produtiva e o mercado de trabalho**: impactos na RMS 1987-1997. Salvador: UFBA/FCE, 1999. Mimeo.

AZEVEDO, José S. G. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 9-26, mar. 1999.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 53-68, set./1997.

BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 30-36, dez. 1995.

- BRAGA, Thaiz; FERNANDES, Cláudia. Informalidade e Ocupação não-registrada na RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 27-35, mar. 1999.
- BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta. In: BRUSCHINI, Cristina. **Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade**. 2a ed. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP. Caxambu: v. 2, p. 483-513, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989. mimeo.
- CACCIAMALI, Maria, C. Globalização e processo de informalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1998. **Anais...** p. 2059-2074.
- CARLEIAL, Liana. Quem tem medo do desemprego no Brasil? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n. 2, p. 170-193, 1998.
- DEDECCA, Cláudio. Desemprego: de nada adianta tapar o sol com a peneira. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n. 2, p. 103-118, 1998.
- DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.
- DEDECCA, Cláudio; MONTAGNER, Paula. Flexibilidade produtiva e as relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 2-10, jan./abr., 1995.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FILGUEIRAS, Luiz. A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal-estar” desse fim de século. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n.171, set./out., 1997.
- POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.
- SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti. Modernidade e tradição: mudanças recentes na estrutura setorial do emprego na RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 46-52, dez./1998.
- SOUZA, Laumar Neves. **Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da PED**. Salvador: 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.